

O grande medo de 92: novos choques e recessão

Aprofundamento da recessão, particularmente, de seus efeitos sociais. Na entrada do segundo ano da última década do século, este é o medo mais comum entre os empresários brasileiros, como revela uma pesquisa feita pelo GLOBO com 20 das principais lideranças do setor, que representam cerca de 120 mil empresas.

Engana-se quem pensa que a classe já descartou a possibilidade de novos choques: o medo de mudanças de regras econômicas também aflige os empresários, para quem os investimentos este ano serão menores ou iguais aos de 1991 — ano que, aliás, de acordo com projeções, registrou a mais baixa taxa de investimento das duas últimas décadas.

Apesar de tantos fantasmas, o empresariado acha que o Governo conseguirá controlar a economia. Dez deles estão bastante confiantes, enquanto outros oito fazem algumas ressalvas: desde que o ajuste fiscal e a negociação da dívida sejam equacionados e desde que Governo e sociedade se mantenham em acordo. Neste sentido, corte de gastos é fundamental, acentua o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato.

A inflação cai, pelo menos no primeiro trimestre, dizem eles, à custa de recessão imposta pela política monetária. E o nível de desemprego aumenta, pelo menos no início de ano. Ao longo de 1992, entretanto, segundo o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Pedro Eberhardt, "o nível de emprego continuará baixo, mas em função da falta de geração de novos empregos, do que por novas demissões".

Bens de capital: o setor mais ameaçado

Há um certo consenso entre os empresários ouvidos sobre qual setor estará mais ameaçado em 1992: é o de bens de capital, que, mais do que os outros, depende de apoio governamental. No geral, porém, os empresários elegeram seu próprio setor como o que mais corre riscos.

Dois entrevistados lembraram-se porém dos assalariados e apontaram os trabalhadores como os mais vulneráveis: Benito Paret, presidente da Associação Brasileira da Pequena e Média Empresa (Flupeme), que também votou no seu setor; e Oded Grajew, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abriq), para quem, "os trabalhadores são o elo mais frágil, incapazes de aguentar a queda do poder aquisitivo".

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e de Derivados (Abiquim), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, deu outro enfoque à questão, ressaltando que mais ameaçado estará o setor que não conseguir ser competitivo para atuar num mercado aberto. Mário Amato, da Fiesp, concordou ao lembrar que a abertura de mercado pode afetar os segmentos menos competitivos da indústria.

Incidentalmente, a questão da dívida externa — embora não apontada diretamente pela pesquisa — aparece aqui e ali nas preocupações dos empresários. Por exemplo, Arthur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), afirma que o Governo demonstrou "firmeza política" com sua carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A mesma carta dá esperanças a Murillo Braga, presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) — que diz preferir acreditar nas metas de inflação contidas no documento — e também a Gouvêa Vieira, da Abiquim, que foi mais direto:

— Espero que o país renegocie a sua dívida externa e que com isso retome o crescimento.

O que os empresários esperam em 92

NOME	O GOVERNO CONSEGUIRÁ CONTROLAR A ECONOMIA?	QUAL SEU MAIOR TEMOR HOJE?	QUAIS SUAS PROJEÇÕES PARA INFLAÇÃO E EMPREGO?	QUAL É O SETOR ECONÔMICO MAIS AMEAÇADO?	OS INVESTIMENTOS AUMENTARÃO?
Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e de Derivados (227 empresas)	Sim, porque a política monetária apertada acelerará os resultados nos próximos meses, permitindo uma retomada do crescimento a partir do segundo semestre de 1992.	O que mais temo é que o Governo modifique sua estratégia de política econômica. Acho que a política adotada é correta e espero que ela não seja mudada.	A tendência é a inflação e o nível de emprego diminuirem no primeiro trimestre. Espero que o país renegocie a sua dívida externa e que com isso retome o crescimento.	Quem estiver despreparado para competir deve realmente se preocupar	Acredito que a tendência é os investimentos aumentarem a partir do segundo semestre, de um modo geral, com a retomada do crescimento.
Murillo Braga, presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) (326 instituições financeiras)	Sim. Temos esperança que sim. Até porque o ano que vem é um ano eleitoral e haverá pressões fortes. O Governo hoje está no caminho correto.	Meu temor é mistura de inflação com governo fraco	Quanto à inflação, prefiro acreditar nas projeções da carta de intenções. O emprego poderá crescer ao longo do ano mas, no primeiro trimestre, deverá ficar ficar ainda mais baixo do que hoje.	De maneira geral, o setor privado será o mais atingido. Talvez com destaque especial para a indústria de bens de capital.	Provavelmente os investimentos deverão ser menores em quase todos os setores. Mas haverá também uma grande preocupação com a redução de custos.
Levy Nogueira, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) (500 supermercados)	Não, porque não foram debeladas ainda as causas básicas. A Constituição inibe a ação do Executivo, a máquina estatal continua caríssima, os impostos elevados e os juros altíssimos.	Estagflação e nova intervenção do Governo, numa situação de desespero, caso a inflação ultrapasse a casa dos 40%.	Dificilmente o Governo terá condições de cumprir as metas para 1992, porque as causas da inflação continuam aí. As taxas devem continuar entre 25% e o emprego cai, pelo menos no primeiro semestre.	O setor varejista — que vem enfrentando dificuldades desde 1990 — é o mais ameaçado. Os supermercados entram neste quadro. Reparem quantas empresas estão em concordata e fecham lojas.	Os investimentos ficarão no nível pequeno de 1991. As empresas que inaugurarão lojas, como o Carrefour, Paes Mendonça, Sendas e Safra tinham expansão programada anos antes.
Eurípedes Ribeiro — É presidente da Associação Brasileira de Bolsas de Mercadorias e Cereais (23 bolsas de mercadorias)	Sim. O controle será alcançado porque há uma vontade política de que a sociedade empresarial assuma as suas responsabilidades na economia. Temos aí as privatizações, liberdade de preços e mercado livre.	A comoção social é o que preocupa, em função da recessão	A inflação tende a cair e os juros altos serão mantidos. O resultado será mais recessão. Os empresários devem reduzir seus lucros e buscar soluções junto com o Governo.	O setor industrial. O Brasil se salvará pela agricultura e pecuária. Agora, as indústrias terão que se preparar para entrar no mercado externo, melhorando a sua tecnologia.	Os investimentos na área de alimentos vão aumentar este ano, porque o Governo passou a motivar o produtor rural. A safra poderá chegar a 65 milhões de toneladas de grãos, 12 milhões acima deste ano.
Marcus Vinicius Pratini de Moraes, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) (872 empresas)	Se houver um grande ajuste fiscal nas três esferas administrativas, sim. O problema ainda é a desarrumação no setor público. Precisamos de serenidade para que se restabeleça a confiança no país.	O que eu mais temo é a falta de bom senso. É preciso que haja regras estáveis e uma redução da participação do Estado na economia.	As exportações devem crescer 10% ou mais, em função da recessão interna, da volta do programa de financiamento às exportações e da manutenção da atual política cambial.	Os setores endividados devem ser os mais atingidos. Principalmente aqueles que têm como insumo importante as tarifas públicas, que terão aumento real.	Se a economia voltar a crescer, os investimentos deverão crescer. Mas isso depende fundamentalmente da redução das taxas de juros.
Arthur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) (98 sindicatos patronais)	Sim. O Governo está conseguindo os primeiros resultados em termos de queda da inflação, além de demonstrar firmeza política com a carta ao FMI e a reforma fiscal aprovada pelo Congresso.	A inflação cairá, mas é preciso fugir da falsa euforia	Se a crise social tende a se agravar e, como consequência disso, as greves e outras manifestações de desordem social poderão vir a se tornar uma constante na vida do país.	As pequenas e médias empresas e os trabalhadores, que são os que têm menos resistência a uma crise nas proporções que se anuncia.	Os investimentos vão aumentar na medida em que a economia dê sinais de recuperação. Talvez a luz entre pelo túnel antes de 1993.
Benito Paret, presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme) (cerca de 4 mil empresas)	Depende. O Governo conseguirá um mínimo de ordem se promover um entendimento e conseguir que se estabeleça acordo entre os vários setores da sociedade. Do contrário, tudo se complica.	O governo está fazendo o máximo para controlar a inflação	Se a política que o Governo anuncia se concretizar, a recessão se aprofundará, diminuindo ainda mais a oferta de empregos e a massa de salários. A inflação seria controlada pela falta de demanda.	As pequenas empresas estão paradas ou reduzindo atividade. É difícil imaginar que alguns empresários tenham coragem de investir, se prevalecerem as condições oferecidas pelos bancos (juros altos e prazos curtos).	Serão aqueles investimentos necessários ao processo de ajustamento, como em informática. Este ano os bancos investiram cerca de US\$ 1,5 bilhão. No máximo manterão o nível de investimentos em 1992.
Alcides Lopes Tápias, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) (133 bancos)	O governo está fazendo o máximo para controlar a inflação	Não chamaria de quebra-dobra, mas um nível de inadimplência um pouco maior do que em 1991, que pode ser um problema para os bancos.	Tenho como princípio não fazer projeções.	Comércio ou indústria. Um dos dois. Mas não dá para prever qual dos dois.	Nosso setor, historicamente reaplica os resultados, mas como os resultados caíram muito, talvez não haja crescimento em 1992.
Ney Castro Alves, presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Valores (Adeva) (150 distribuidoras)	A postura atual do Governo não pode levar a dar certo. O que há de novo é que, se houvesse um novo choque, já saberíamos que não daria certo. Mas o Governo definiu que não haverá novo choque.	Há muitas coisas dando problemas, mas o que é realmente preocupante é a inflação alta e a recessão.	Os ajustes já foram feitos. Fazer prognóstico para a inflação é difícil. Acho que nos primeiros meses tivemos inflação declinante. Daí pra frente, não dá para falar.	A indústria de bens de capital. Neste setor as vendas caíram muito e não existem perspectivas de melhoria a curto prazo.	Se não houver por parte do Governo uma política de incentivo à produção, com redução das taxas de juro e uma ampla reforma tributária, os investimentos serão reduzidos.
Álvaro Augusto Vidigal, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) (95 corretoras credenciadas)	Acho que o Governo domesticou um pouco mais a inflação. Não perde o controle, mas não elimina. Acho que a queda da inflação deve ir à tremenda recessão e às contas públicas que não se solucionam.	O que mais temo é o aumento da recessão, porque suas consequências sociais são insuportáveis.	A inflação deve ficar em 450% no ano, ou 13% a 14% ao mês. Acho que o nível de emprego terá uma pequena retomada no segundo semestre.	O setor mais ameaçado é o de bens de capital.	Acredito que, seletivamente, nossa área vai receber recursos externos. Os preços das ações ainda são muito baixos. Tinha expectativa bastante favorável para os negócios, que devem crescer 30% em 1992.
Oded Grajew, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abriq) (300 indústrias)	O Governo pode conseguir controlar a inflação desde que o faça com a participação de toda a sociedade.	O que mais temo é a recessão. Se os ajustes necessários não forem feitos, correremos o risco de a recessão se agravar.	A inflação, hoje, é de oferta, não de demanda. Se continuar a política de restrição da produção, a recessão se agrava e não haverá queda da inflação. E o desemprego pode aumentar.	O elo mais frágil é o trabalhador, pela queda do salário	Se não houver por parte do Governo uma política de incentivo à produção, com redução das taxas de juro e uma ampla reforma tributária, os investimentos serão reduzidos.
Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (112 sindicatos patronais)	Se o Governo mantiver a política monetária austera, o programa de privatização e o ajuste fiscal, ele vai conseguir controlar pelo menos a inflação.	Temo o custo social da política recessiva do governo	As taxas de inflação vão continuar caindo, mas o mercado de trabalho se fechará para novas contratações.	O comércio sofrerá bastante no próximo ano porque as pessoas vão reduzir ao máximo o consumo.	Os investimentos neste novo ano serão contidos. Os empresários não vão se aventurar por enquanto.
Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças)	Acho que sim. O Governo já deixou claro que não se importa com as consequências da recessão, ainda que esta seja altamente danosa a toda a sociedade. Não sei se ele vai conseguir controlar a questão social.	A grande preocupação de todos aqueles que têm algum tipo de responsabilidade sobre os destinos da nação é tentar evitar o pior: uma convulsão social de consequências trágicas.	Não espero crescimento em nosso ramo, mas acho que teremos inflação em declínio. O nível de emprego continuará baixo: mais em função da falta de geração de novos empregos do que por novas demissões.	O setor de infra-estrutura e de bens de capital continuará fortemente prejudicado por sua extrema dependência a investimentos do Estado.	Os investimentos vão continuar em ritmo desacelerado até o momento em que a inflação se mostrar sob controle e a economia voltar a crescer. Acho isto pouco provável em 1992.
Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (103.272 empresas)	Em linhas gerais, a política econômica está correta. Mas receio que o esforço possa ser em vão, se ficar baseada apenas nos juros altos. O Governo precisa cortar os seus gastos.	O aumento do desemprego. Mas o Brasil consegue reagir mesmo quando ninguém espera por isso. Um grande fabricante de alimentos, por exemplo, me ligou dizendo que estava desesperado — não tinha caminhão para atender às encomendas.	O Governo, no inicio, pensou que podia tudo, só porque se eleger com 35 milhões de votos. Foi um erro. Só sairemos da crise se o Governo conseguir negociar com a classe política.	É só nos deixarem trabalhar que nós nos garantimos	A situação está muito difícil para as empresas em geral. Há dois anos que quase não temos tido investimentos, em razão de algumas distorções graves que precisam ser resolvidas o mais rápido possível.
Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia) (220 empresas)	O único caminho para controlar a inflação é sem choque	Acidente climático é o meu maior temor. Se tudo correr bem, vamos conseguir derrubar a inflação e retomar o caminho da normalidade a partir de uma boa safra agrícola.	O pior já passou. No meu setor, por exemplo, nem demissões houve de forma significativa. Houve até crescimento no volume físico de vendas, embora a nossa margem de lucros tenha recuado.	Juros altos expõem as empresas mais facilmente a situações de dificuldades, mas prefiro não comentar sobre o assunto, para não criar problemas.	No nosso setor, os investimentos têm que ser permanentes, por ser altamente concorrentiais. Mas não tenho números.